

Operação Contenção:
OAB-RJ participa
de reunião com
governador e secretário
de Segurança

Entidade criou observatório de investigação e pediu informações ao Governo do Estado

A Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) participou, nesta terça-feira (11), de uma reunião com o governador Cláudio Castro e com o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Victor Santos, para tratar dos desdobramentos da Operação Contenção, realizada nos complexos do Alemão e da Penha, no dia 28 de outubro. A OAB-RJ criou um Observatório de investigações para acompanhar o caso.

Pela Seccional, participaram do encontro a presidente Ana Tereza Basílio, o presidente do Observatório, Rafael Borges, e a vice-presidente do grupo, Luciana Pires. Eles solicitaram informações ao Governo do Estado, como cópias dos laudos produzidos pelo IML (Instituto Médico-Legal), e trataram de temas como funcionamento das câmeras corporais, plano de reocupação territorial de áreas conflagradas e integração com o Governo Federal no combate ao crime no estado, entre outros assuntos.

“Foi uma reunião muito produtiva. Pedimos algumas informações e o governador se comprometeu a nos passar tudo o que for solicitado com total transparência. É fundamental para que possamos acompanhar os desdobramentos dessa operação de forma isenta,



OAB-RJ
O governador Cláudio Castro ladeado pela presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basílio; pelo presidente do Observatório, Rafael Borges; pela vice-presidente do grupo, Luciana Pires; e o secretário de Segurança Pública, Victor Santos

sem qualquer conotação político-partidária”, ressaltou a presidente da OAB-RJ.

O presidente do Observatório de investigações, que é secretário-geral da OAB-RJ, Rafael Borges, também falou sobre a importância da reunião: “Nós deixamos muito claro que a OAB-RJ tem todo o interesse em acompanhar as investigações dessa megaoperação de forma isenta e houve um compromisso por parte do Governo do Estado com a transparência. Isso é muito importante para que a OAB-RJ tenha condições de analisar os fatos de forma independente”, disse.

A OAB-RJ também manifestou preocupação e questionou o Governo do Estado sobre a possibilidade de interação com órgãos estrangeiros e eventual cooperação, o que foi imediatamente negado pelo governador.

O Observatório foi criado com o objetivo de monitorar, de forma permanente, o andamento dos inquéritos sobre a Operação Contenção, conduzida pela Polícia Civil e pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, que resultou em mais de 120 mortes, e garantir que todos os procedimentos sigam os parâmetros legais e de respeito às garantias fundamentais.

3º Encontro Nacional
de Integração do
Associativismo

Os caminhos para a melhoria do ambiente de negócios no país pautaram os debates da terceira edição do Encontro Nacional de Integração do Associativismo, promovido pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), em parceria com a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Na última segunda-feira (10), na capital fluminense, parlamentares e lideranças empresariais se reuniram para elaboração de propostas de contribuam para o crescimento econômico com segurança jurídica, previsibilidade e menos cargas tributárias.

O evento teve a presença dos presidentes da CACB, Alfredo Cotait Neto, da ACRJ, Josier Vilar, do Conselho Superior da ACRJ, Ruy Barreto Filho, e da Facerj (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro), Robson Carneiro, além da participação do senador Carlos Portinho (PL-RJ) e vários deputados federais e estaduais. Além disso, o empresário Alexandre Accioly fez palestra contando a sua história no empreendedorismo.

Um dos momentos mais relevantes foi a homenagem à Guilherme Afif Domingos, considerado o “pai” do Simples Nacional. “Vamos continuar trabalhando juntos. Quando a gente trabalha junto, a gente se fortalece. Essa homenagem eu divido com todos vocês e a recebo como um estímulo para continuar lutando. A cabeça puxa o corpo, e é esse entusiasmo que devemos ter”, declarou ele, ao incentivar a união do setor produtivo. Os participantes defenderam a atualização da tabela de enquadramento no Simples Nacional e o Voto Distrital Misto.



Fotos ACRJ
Grupo de representantes da Associações Comerciais



O presidente da ACRJ, Josier Vilar, com o empresário Alexandre Accioly



Guilherme Afif Domingos e Alfredo Cotait Neto



Guilherme Afif Domingos, dep estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha e Ruy Barreto Filho, presidente do Conselho Superior da ACRJ



Carlos Rezende (CACB), Josier Vilar (ACRJ), Roseli Garcia (CACB) e Robson Carneiro (Facerj)



Marcio Luiz da Silva, presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Empresariais e Agropecuárias do Estado de Goiás (Facieg) com o presidente da ACRJ, Josier Vilar



Anderson Trautman Cardoso, vice-presidente Jurídico da CACB, e o deputado federal Domingos Sávio com Guilherme Afif Domingos

PINGA-FOGO

■ HOMENAGEM ÀS FORÇAS DE SEGURANÇAS DO RJ - Por iniciativa do deputado federal Dr. Luizinho (PP) e do senador Ciro Nogueira (PP), o Congresso Nacional realizará, nesta quarta-feira, 12 de novembro, às 10h, uma sessão solene no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Civil, a Polícia Militar, além dos policiais mortos e baleados na Operação Contenção e suas famílias. O ato simboliza o reconhecimento aos profissionais que dedicam suas vidas à segurança pública e à proteção da sociedade.

■ AUTORIDADES PRESENTES - A comitiva de autoridades fluminenses com destino a Brasília nesta quarta será integrada pelo governador Cláudio Castro; o secretário estadual de Segurança Pública, Victor Santos; o secretário da Polícia Civil, delegado Felipe Curi; e o secretário da Polícia Militar, coronel Marcelo Menezes.

■ LEI INCONSTITUCIONAL - O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro declarou inconstitucional a Lei Municipal nº 3.058/2024 de Niterói, que obrigava edifícios residenciais e comerciais a instalarem infraestrutura de recarga para veículos elétricos. A norma, originada a partir de projeto do vereador Daniel Marques e promulgada pela Câmara Municipal mesmo após veto do prefeito Rodrigo Neves, foi questionada em ação ajuizada pelo município.

■ No voto unânime, o relator, desembargador Cláudio de Mello Tavares, entendeu que o tema da recarga de veículos elétricos em edificações privadas se insere no âmbito do direito civil, de competência exclusiva da União. “A presente Representação deve ser acolhida in totum, pois a Lei n.º 3.958/2024 do Município de Niterói padece de incompatibilidade formal com a Constituição Estadual. Com efeito, a norma em questão dispõe sobre tema de Direito Civil, que é matéria da competência legislativa privativa da União, na forma do art. 22, I, da Constituição Federal, pois pretende regulamentar matéria peculiar ao direito de propriedade e a condomínios edilícios, que é eminentemente civil e está disciplinada no Código Civil e na Lei 4.591/1964”.

■ Em seu voto, o relator destacou que a Constituição Federal atribui à União competência legislativa privativa em matéria de Direito Civil, ressaltando caber ao município apenas a possibilidade de dispor sobre questões de interesse local, além de suplementar a legislação federal.

■ NOVOS DIRIGENTES DA JUSTIÇA ELEITORAL FLUMINENSE - No dia 16 de dezembro, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) realiza a posse dos novos dirigentes da corte: desembargador Claudio de Mello Tavares e o desembargador Fernando Cerqueira Chagas.

■ A solenidade, que será conduzida pelo atual presidente, desembargador Peterson Barroso Simão, será realizada no Plenário Ministro Waldemar Zveiter do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), às 17h.

■ SERRANOS SEGUROS - Petrópolis foi considerada a cidade mais segura do Estado do Rio de Janeiro em 2025. O levantamento é da MySidem, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde. No ranking das 10 cidades mais seguras do Estado, três estão localizadas na Região Serrana. Entre elas, Nova Friburgo, que ocupa a 4ª colocação, e Teresópolis, na 7ª posição. O anuário utiliza exclusivamente a taxa de homicídios por 100 mil habitantes como indicador principal.

Tales Faria

Motta e Derrite tiram bodes da sala, mas PT teme jabutis

Pressionados pelas redes sociais e pelo governo federal, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o relator do projeto de lei antifacção, deputado Guilherme Derrite (Progressistas-SP), voltaram atrás nas duas propostas mais polêmicas para o texto: a que limitava a atuação da Polícia Federal, e a tentativa de equiparar facções criminosas a organizações terroristas.

Hugo Motta aproveitou a entrevista coletiva em que anunciou o recuo para afirmar que tentará votar o projeto nesta quarta-feira, 12.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT) disse que a tendência é aprovar essa nova versão. Mas os partidos governistas de esquerda ainda vasculham o texto em busca de “jabutis” ou armadilhas que tenham sobrevivido na nova versão.

De qualquer forma, o recuo de Motta e Derrite é uma vitória do governo num assunto em que tinha tudo para ser derrotado.

A maioria conservadora do Congresso, integrada pelo centrão, costuma se alinhar à oposição bolsonarista nos assuntos relativos à segurança pública.

Motta estava tão seguro da fragilidade do Palácio do Planalto que designou Derrite como relator contra o interesse do governo. Chegou a bater na mesa e afirmar que a escolha de relatores é sua “atribuição exclusiva”.

O presidente da Câmara, na verdade, estava aproveitando para cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ajuda na eleição de senador na Paraíba em que seu pai, Nabor Wanderley (Progressistas), disputa contra dois candidatos ligados ao governo federal, o senador Veneziano Vital do Rego (MDB) e o governador João Azevêdo (PSB).

Motta quer que Lula não manifeste apoio aos adversários de seu pai. Mas acabou tendo que recuar antes de obter de Lula o compromisso

de isenção. A eleição de senadores é considerada prioridade do presidente da República em 2026.

O problema para Hugo Motta começou quando o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), denunciou a escolha do relator como uma traição ao presidente da República.

Lindbergh declarou que limitar atuação da Polícia Federal seria uma atitude em favor de criminosos, semelhante à tentativa de aprovação do projeto de blindagem dos parlamentares acusados de crimes comuns.

A reação contrária da opinião pública atingiu a imagem de Hugo Motta na época da votação da Proposta de Emenda Constitucional, chamada de PEC da Blindagem.

Quando a Câmara derrubou o aumento da taxaço do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) Motta acabou apelidado nas redes sociais de “Hugo Nem se Importa”.

Agora as redes sociais já estavam voltando à

carga contra o presidente da Câmara, também responsabilizado pela proposta de Derrite de equiparar a organizações terroristas as facções do crime organizado como Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital (PCC).

A equiparação recebeu críticas de juristas por abrir a possibilidade de intervenção estrangeira no país. O presidente dos EUA, Donald Trump, tem atacado embarcações nas costas da Venezuela e da Colômbia com a acusação de que são “narcoterroristas”.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), por exemplo, acusa o PCC e o Comando Vermelho, de narcoterrorismo e já pediu a Trump que mande navios para atacar embarcações na baía de Guanabara.

Motta acabou chamando Derrite a seu gabinete nesta terça-feira, 11, e convenceu o colega de partido a alterar o relatório cujas primeiras versões já havia divulgado. Conseguiu, e os dois foram ao Salão Verde anunciar o recuo.